



**TÉCNICA E SUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES
HOMEM-NATUREZA: UMA LEITURA HEIDEGGERIANA SOBRE A QUESTÃO
AMBIENTAL NO MUNDO MODERNO.**

VITTE, Antonio Carlos. Departamento de Geografia, UNICAMP, Campinas (SP),
Brasil. CEP 6152, CEP 13083-970, e-mail: vitte@uol.com.br

1. Introdução.

Neste começo de século, a humanidade passa por uma profunda crise, que remonta as suas representações, os seus valores e por que não dizer de conceitos sobre si mesma. É uma crise sobre a identidade do homem e a potencialidade de sua realização na história, ou seja, é uma crise de interpretação, de introjeção e de relacionamento com o real.

Um deserto se constitui na medida em que o papel do homem na arquitetura do universo está sendo fortemente questionado. Para Cassirer (1989), tanto a metafísica clássica quanto a religião medieval conceberam o universo como uma ordem hierárquica, na qual, entre os seres da criação, o ser humano ocupa o lugar central. Com a nova cosmologia heliocêntrica, a idéia de que o ser humano é o centro do universo perde o seu fundamento. O homem é colocado num espaço infinito e “cercado por um universo mudo, por um mundo que responde com o silêncio a seu sentimento religioso e as suas indagações morais mais profundas” (Cassirer, 1989:14).

No mundo moderno, a percepção do universo perdeu sua densidade simbólica, a capacidade de apreender o universo como uma realidade desabrochando em múltiplos níveis simultâneos que remetem uns aos outros. O universo é visto apenas como uma extensão incomensurável de espaço, um universo mudo e destituído de sentido (Unger, 2001:22).

A proposta do presente artigo é trazer para o debate as conseqüências da modernidade na subjetividade humana, destacando o papel da técnica e da ciência moderna na construção do niilismo que se abate sobre a humanidade neste início de século. Como resultado, temos a crise ambiental que está exigindo esforços incomensuráveis dos Estados Nacionais e da sociedade civil no desenvolvimento de estratégias e programas práticos que objetivem a conservação e proteção de áreas naturais, bem como a recuperação de áreas já



fortemente degradadas. Em outro nível, iremos encontrar políticas públicas sendo implementadas no sentido de se atingir um desenvolvimento social e econômico mais eqüitativo e que permita as gerações futuras usufruírem de um ambiente mais saudável.

No entanto, apesar de toda a massa crítica que vem sendo produzida, acreditamos que este diálogo, por mais positivo que seja, ainda exige um nível de reflexão mais profundo. Exige um debate sobre as bases da metafísica e da ciência moderna. Exige um debate transdisciplinar entre as ciências e a filosofia. Talvez esteja aí a grande contribuição da geografia para a humanidade, pois formatada no seio do romantismo e do debate em torno da metafísica da natureza, a geografia pode contribuir para a construção de uma nova cosmologia.

2. Conseqüências da modernidade no desenvolvimento social.

Antony Giddens (1991) procura fazer uma distinção bem elucidativa sobre as diferenças de relacionamento entre a sociedade e a natureza na fase pré-moderna e moderna. Giddens argumenta que os seres humanos e as natureza não se encontravam, nas culturas pré-modernas: eram dissociadas. Nem mesmo nas grandes civilizações havia essa associação. Era em função dos movimentos e disposições da natureza (a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais) que os homens organizavam suas vidas. Um cenário inverso a este é o que caracteriza as sociedades modernas. Com o advento da indústria modelada pela aliança entre a ciência e a tecnologia, o mundo da natureza passa a ser transformado numa escala sem precedentes.

“Nos setores industrializados do globo e, crescentemente, por toda parte. Os seres humanos vivem num ambiente criado, um ambiente de ação que é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos” (Giddens, 1991, p. 66).



Quando focalizamos nossa atenção de maneira mais detalhada sobre estas transformações, no modo como os homens passaram a redefinir sua organização social, também podemos induzir que um novo padrão de produção e consumo na/da natureza estava em curso, assim como uma nova situação ambiental. Segundo Giddens (1991, p.103-113), uma das grandes diferenças entre as sociedades pré-modernas e as modernas, é que nas primeiras, o consumo da natureza, bem como os riscos advindos dele estavam circunscritos e fixados no lugar. Outra diferença, é que as sociedades pré-modernas eram regidas pelos chamados contextos de confiança.

Nela o sistema de parentesco proporcionava, na maioria dos cenários pré-modernos, um modo relativamente estável de relações sociais. Como a localidade era o foco principal nos contextos pré-modernos, a comunidade local era, por excelência, o lugar onde se constituíam os feixes de relações sociais entrelaçadas, já que sua pequena extensão territorial permitia garantir sua solidez no tempo. As concepções de mundo dessas sociedades tinham nas cosmologias religiosas o acervo de onde buscavam elementos para as interpretações morais e para as práticas da vida pessoal e social, bem como do próprio mundo natural no qual estavam inseridas, evidenciando, com isso, a fundamental importância da tradição na estruturação de sua temporalidade. O passado era o principal meio de organizar o presente, e o futuro e já estavam vinculados às práticas sociais rotinizadas. Nessa prática social, o consumo da natureza acarretava determinados riscos à comunidade local, sendo que grande parte deles estava atrelado às vicissitudes do mundo físico, ou seja, as ameaças do perigo emanavam da natureza, como por exemplo, as inconstâncias climáticas, as inundações, as tormentas, etc (Giddens, 1991, p.108).

Nas sociedades modernas, as relações de parentesco apesar de permanecerem importantes, já não são mais os veículos privilegiados dos laços sociais; a comunidade local não possui mais o mesmo primado de outrora, “local e global tornam-se inextricavelmente entrelaçados” (Giddens, 1991, p.110). Além disso, o processo de secularização encadeia um impacto decrescente da religião e da tradição; uma vez que a cosmologia religiosa começa a ser suplantada, o conhecimento reflexivamente organizado começa a prevalecer nas tentativas de explicação do mundo. Analogamente, os ambientes de risco das sociedades modernas também são consideravelmente divergentes em relação aos das sociedades pré-modernas. Conforme as análises de Giddens, embora ciclones,



terremotos, inundações ainda ocorram, o que é característico das sociedades modernas são as ameaças ecológicas não mais oriundas das contingências do ambiente natural, mas como resultantes do conhecimento reflexivo socialmente organizado, isto é, das ameaças decorrentes do impacto da industrialização sobre o meio ambiente (Giddens, 1991, p.113).

3. A Modernidade e o seu Dinamismo.

Giddens (1991) nos coloca que, para compreendermos adequadamente a natureza da modernidade, precisamos antes dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas, explicando suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais, ou seja, devemos analisar quais são as fontes da dinâmica da modernidade.

De acordo com suas análises (Giddens, 1991; 1993) o dinamismo da modernidade deriva da possibilidade de separação do tempo e do espaço, do desencaixe dos sistemas sociais, e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas de conhecimento afetando as ações dos indivíduos e dos grupos sociais.

Um contraste com a tradição é inerente à idéia de modernidade. Nas culturas tradicionais a tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A reflexividade (a apropriação reflexiva do conhecimento) pode ser destacada da tradição designada com o advento da escrita (Giddens, 1991).

“Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si” (Giddens, 1991, 45). Mesmo assim, a tradição ainda desempenha um papel no mundo contemporâneo, mas apenas enquanto tradição justificada e, portanto, falsificada, legitimada apenas pela reflexividade do moderno.

Segundo Giddens (1991), a segunda fonte do dinamismo da modernidade diz respeito aos desencaixes do sistema social. Ao falar de desencaixes o autor



se refere ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. Os dois sistemas de desencaixe envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas são as fichas simbólicas e os sistemas peritos.

As fichas simbólicas são os meios de intercâmbio que podem ser circulados sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com elas em qualquer conjuntura particular. A principal é o dinheiro. Em sua forma desenvolvida, o dinheiro é definido em termos de crédito e débito, proporcionando meios de conectá-los em circunstâncias em que a troca imediata de produtos é impossível. Em outras palavras, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço, já que possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço. Devido a este traço, uma das formas mais características de desencaixe na era moderna é a expansão dos mercados capitalistas (Giddens, 1991, p.32-34).

Os sistemas peritos são de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. Eles são mecanismos de desencaixe porque removem as relações sociais das imediações do contexto, pressupondo e, ao mesmo tempo, promovendo a separação entre espaço e tempo como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam (Giddens, 1991, p.35-36).

A separação tempo-espaço é outro ponto crucial para entendermos o extremo dinamismo da modernidade porque, esta separação e sua formação em dimensões padronizadas, “vazias”, levam à formação de instituições “desencaixadas” que dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço, abrindo múltiplas possibilidades de mudança ao liberarem as restrições dos hábitos e práticas locais. Além disso, ela proporciona os mecanismos de engrenagem para a organização racionalizada, um traço destrutivo da vida social, possibilitando às organizações modernas a capacidade de conectar o local e o global de maneiras impensáveis em sociedades mais tradicionais. ““ Tempo e espaço são recombinações para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência”” (Giddens, 1991, p.29).

4. As Transformações da Subjetividade.



Uma outra consequência da modernidade é alterar de maneira radical a natureza da vida social cotidiana afetando os aspectos mais pessoais de nossa experiência. “Assim, as transformações da identidade do eu e a mundialização são os pólos da dialética do local e do universal nas condições de alta modernidade” (Giddens, 1993). Em outras palavras, as mudanças nos aspectos mais íntimos da vida pessoal estão diretamente ligados ao estabelecimento de vínculos sociais de alcance mais amplo.

De acordo com Beck (1992: p.87-90) somos atualmente testemunhas oculares de um processo transformador impingido pela modernidade, que pode ser observado através das relações pessoais cotidianas, durante o qual as pessoas estão se tornando livres das formas sociais características da sociedade industrial – classe, estratificação, família, status de gênero, etc.

A dissolução de parâmetros tradicionais da sociedade industrial produz uma onda social de individualização, segundo o autor, isso significa que as pessoas estão sendo removidas dos compromissos de classe e por isso estão começando a referenciar a si mesmos ao planejarem suas biografias individuais no mercado de trabalho.

Esta diferenciação das condições individuais na sociedade do mercado de trabalho desenvolvida não deve, entretanto, ser equalizada a uma emancipação bem-sucedida; ou seja, não se afirma aqui uma ressurreição do indivíduo auto-suficiente e criador de seu próprio mundo. Ao invés disso, ocorre uma dependência destes indivíduos com relação ao mercado de trabalho (e, conseqüentemente, da educação, do consumo, das leis sociais, de modismos, etc), na medida em que há uma tendência à institucionalização e padronização dos modos de vida.

Uma das consequências destas transformações é que a ciência e a tecnologia acabaram impondo um tipo de relacionamento entre o homem e a natureza, com o desenvolvimento científico sendo marcado pela forte dicotomia entre as ciências naturais e as humanas, acirrando um distanciamento entre a sociedade e a natureza.

Nas últimas décadas o capitalismo estaria se transfigurando ao incorporar a dimensão da cultura ao processo de produção, tornando-se esta, o seu próprio motor de acumulação, a qual o autor chamou de virada cultural. Uma das consequências deste processo seria a incorporação da cultura pelo capital, como



conseqüências devastadoras sobre a política, as lutas de resistências, os anseios de emancipação e a própria ciência.

Para Lash (1996) este processo iniciou-se com a centralização da dimensão estética e, em particular de uma renovada atenção ao visual e à percepção.

“A estetização da teoria social teve expressão não só no reconhecimento dos aspectos estéticos, literários e narrativos dos processos de teorização, mas também da necessidade de novos mapas cognitivos adequados ao mundo emergente das dinâmicas de globalização e da transição pós-moderna e da sociedade da cultura ou sociedade semiótica que, segundo alguns autores, teria sucedido (ou estaria em vias de suceder) à sociedade material” (Nunes, 2002, p.310).

Nesse sentido, a virada cultural, em sua segunda fase, aponta para uma subjetividade que rejeita a distinção entre a aparência e a realidade característica da ciência moderna, recusando, ao mesmo tempo, as hierarquias fundadas nessa distinção e tratando com seriedade as formas, consideradas como expressão por excelência do exercício da liberdade (Santos, 1994).

Seguindo por este caminho, percebemos que este processo de socialização – ao qual chamamos “individualização” – é historicamente contraditório, já que comporta como resultados tanto uma nova coletividade quanto uma padronização dos modos de vida “individuais”. No entanto, é precisamente a erupção e o crescimento da consciência destas contradições que podem levar à novas comunidades sócio-culturais, com a formação de movimentos sociais.

5. Pressupostos metafísicos da crise ambiental: o moderno conceito de natureza.

O Homem é o único ser natural do universo, face aos demais seres naturais conhecidos, em que se faz ouvir a voz da lei moral (Kant, 1982). Esta idéia central da ética universalista de Kant, de que a lei moral não é outorgada ao homem por uma instância externa, mas que ela constitui a sua essência mais



íntima, na medida em que a vontade racional é a sua autora, revoluciona todos os particularismos nacionais, culturais, religiosos e de classe, e funda a igualdade de direitos entre os homens. A autonomia da razão encarna o único produto da subjetividade moderna que pode ser invocado como fundamento de legitimidade das prodigiosas e ameaçadoras transformações da relação do homem com a natureza, que distinguem os tempos modernos das épocas anteriores, e que conduzem à crise ecológica, mas, talvez, também, a única base de articulação de um esforço coletivo da humanidade para superar esta crise, na medida em que o vínculo entre a realização histórica da autonomia de todos e a reconciliação com a natureza se tornar motivação política atuante.

A raiz da crise ambiental está localizada na relação peculiar do Homem com a natureza, que envolve precisamente, a negação da sua unidade imediata com ela, como aquilo que o distingue do animal. Por isso, o conceito de natureza, especificamente a determinação da relação do Homem com a natureza e do modo dessa relação, está no centro da problemática ambiental. Os pressupostos de tal problemática estão ligados à metafísica moderna como saber fundacional da ciência e da técnica modernas. É uma ilusão achar que apenas medidas de política econômica ou mesmo transformações no padrão energético sejam capazes de superar a crise ambiental, uma vez que a carreira triunfal do pensamento técnico-científico e das transformações por ele provocadas assentam sobre os trilhos de decisões categoriais e da criação de valores, que estão ligadas ao programa da metafísica moderna e à relação homem-natureza que ela inaugura e que confrontam a nossa auto-compreensão e o nosso destino para além da esfera econômica e política.

Se, é a racionalidade técnica e a sua preeminência, enquanto definidora da relação especificamente moderna do homem à natureza, o que está na raiz da crise ecológica, importa, então, analisar a origem desse conceito de natureza resultante do paradigma científico-tecnológico moderno, no qual se sedimenta a auto-compreensão que o homem tem de sua relação com a natureza.

No modo de produção capitalista, a relação do homem com a natureza é sempre um vetor que apresenta um movimento progressivo e cada vez mais acelerado, na qual a subjetividade humana se desvencilha e se põe fora da natureza. Este movimento culmina, então, com a absolutização da subjetividade em Descartes e se explicita, na etapa final, como uma gênese, não causal, mas



conceitual, do conceito de natureza instaurada pela ciência e da técnica modernas, que seria o fundamento da atual crise ambiental.

Talvez esteja aí a confusão de Heidegger (1967, 1969, 1970, 1971, 1978, 1989) entre gênese e validade, pois o fato de o projeto da ciência moderna e a sua essência técnica só poderem ser gerados a partir dos pressupostos da metafísica moderna, não significa que o conceito de natureza dessa metafísica não tenha apreendido adequada e completamente a essência da natureza. Outro perigo é o de evitar no todo a metafísica e a sua história, pelo fato de que a moderna ciência da natureza e a sua essência técnica terem surgido no interior de uma figura metafísica, que é a subjetividade moderna, responsável pela transformação da natureza em pura objetividade.

Como não dispomos, hoje, de uma filosofia da natureza que pudesse fazer justiça ao alcance e aos limites da moderna ciência da natureza, só podemos, por enquanto, apontar aos dois pressupostos fundamentais da ciência e da técnica modernas, aos quais uma nova concepção de natureza deveria renunciar:

- 1) a tese fundamental da moderna teoria do conhecimento de que a natureza é, em última instância, uma construção humana;
- 2) e a oposição rígida sujeito e objeto, que remonta à dualidade cartesiana da *res cogitans* e da *res extensa*.

6. A Moderna Subjetividade e a Natureza

A primeira consequência da modernidade na subjetividade humana e conseqüentemente na concepção de natureza é a entronização do mecanicismo como modelo exclusivo de racionalidade e à subordinação irrestrita, em todos os domínios, da qualidade à quantidade. Heidegger não acredita em uma filosofia da natureza, talvez porque concentrou-se excessivamente na exame de Descartes e Kant, onde há uma conexão entre a metafísica e a desvalorização da natureza; além do que, Heidegger não estava em uma *aufhebung* de verdade científica à realidade, mas muito mais em negar esta verdade, por causa de seus pressupostos metafísicos.

A dessubjetivação e a desteleologização do objeto da ciência natural moderna está ligada segundo Heidegger à técnica moderna, que, historicamente, se desenvolve de maneira conseqüente só na segunda metade do século XVIII



com a invenção da máquina a vapor, é o motivo secreto da preparação e da transformação cartesiana da natureza enquanto base filosófica da física moderna.

A trajetória dessa subjetividade dominadora, que responde à essência técnica da ciência moderna e ao seu construtivismo, pode intervir-se em uma humilhação e, as vezes, numa degradação do homem, que não é apenas a expressão de seu destronamento cosmológico e ontológico face à imensidão do universo, ou face à entropia do seu habitat natural. Segundo Adorno & Horkheimer (1985) o homem, como ser vivo, é também natureza, de modo que a dominação técnica sobre a natureza externa exige, igualmente, a subjugação sacrificial da sua própria natureza interna e a subjugação violenta do outro homem. Isso porque, à força de se adaptar a essa natureza recriada como um mundo técnico de artefatos, a fim de assegurar a sua auto-conservação num tempo de reprodução social cada vez mais competitivo, o homem reconhece que a sua subjetividade, retraída a esse ponto focal da dominação cega da natureza e de auto-superação vazia, é tão pouco viva quanto esse mundo incomensurável de objetos que ela mimetizou para dominá-lo.

Há uma dialética de dominação e subjugação que opera na técnica moderna; por um lado ela mostra a superioridade do espírito sobre a natureza, pois o trabalho necessário para a construção do instrumento exige a protelação, o adiamento da satisfação imediata, bem como a separação do objeto do seu meio natural, para lhe atribuir outros fins; mas a técnica libera o homem da natureza, acelerando e intensificando a satisfação das necessidades, ela gera outras, multiplicando os meios de satisfazê-las e, com isso, cria meta-necessidades, isto é, necessidades a serem satisfeitas exclusivamente por uma mediação técnica cada vez mais complexa.

Quando esta dinâmica indefinida da técnica, que corresponde ao infinitismo da ciência moderna é seqüestrada pela expansão incondicional das forças produtivas, desencadeada pela auto-valorização indefinida do capital, fecha-se historicamente o ciclo da transposição, objetivação e amplificação dos órgãos sensoriais e das capacidades humanas em aparelhos: primeiro os processos motores, depois os sensoriais e, por fim, os de pensamento.

7. Considerações Finais. Ou da necessidade de uma nova experiência humana no e com o mundo.



Hölderlin, poeta e leitor atento de Kant, em sua obra Édipo disse que “no limite extremo de uma paixão, nada mais resta senão as condições de espaço e tempo”. Ou seja, no mundo moderno, Espaço e tempo participam do trágico, do belo e do sublime, pois há uma finitude do Homem!

No limite, o sublime do mundo moderno é o nosso trágico, materializado na crise ambiental. A história da relação do homem com a natureza, mostrou que o vetor do seu desenvolvimento era o desprendimento cada vez mais acentuado do sujeito face à natureza envolvente: quanto mais profunda a subjetividade, tanto mais forte a sua oposição à natureza circundante.

É precisamente na crise ambiental, então, que esta tendência interna ao desenvolvimento da natureza se exprime, paradoxalmente, da forma mais aguda e potencialmente auto-destrutiva, pois, enquanto a finitude dos animais garante que eles não destruam a retroalimentação negativa que determina os ecossistemas em que vivem, o crescimento exponencial do poder técnico do homem provoca a destruição desses mecanismos de equilíbrio, a menos que eles sejam preservados por uma sabedoria reflexiva, que se compreenda também como guardiã da natureza.

Um dos veículos de superação desta dualidade da *res extensa* e da *res cogita*, é a transdisciplinaridade, que precisa recuperar uma dimensão holística do mundo e do ser. É necessário reinventar uma nova cosmologia, cujo universo, a exemplo de Leibniz, não tenha um centro, mas seja uma rede cuja dinâmica espaço-temporal esteja garantida por um desenvolvimento teleológico e ontológico.

É preciso redimensionar a ética universalista de Kant, o mais grandioso produto da modernidade, que poderá permitir explicitar algumas conseqüências éticas da crise ambiental. Para isto, é necessário acabar com o dualismo ontológico entre ser e dever ser, fatos e normas e repensar a participação da natureza nas estruturas ideais da sociedade, permitindo com isto uma revalorização da metafísica da natureza como desenvolvida por Schelling (1973).

Bibliografia.

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.



-
- ASSMANN, H. **Crítica à Lógica da Exclusão. Ensaio sobre Economia e Teologia.** São Paulo: Paulus, 1994.
- BECK, U. **Risk Society – Towards a New Modernity.** Sage Publications. London, 1992.
- CASSIRER, E.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: editora da UNESP., 1991.
- . **A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: editora da UNESP, 1993.
- HEIDEGGER, M.- **Sobre o Humanismo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- . **Que é metafísica.** São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- . **Sobre a essência da Verdade/ A tese de Kant sobre o ser.** São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- . **Sobre a essência do fundamento/ A determinação do ser do ente segundo Leibniz/Hegel e os gregos.** São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- . **Introdução á metafísica.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- . **Ser e Tempo.** Rio de Janeiro, Editora Vozes, 3ª. Edição, 1989.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura.** Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- . **Crítica da Faculdade do Juízo.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade.** Porto: Afrontamento, 1994.
- Coleção Os Pensadores. **SCHELLING.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- LASH, S. Introduction to the Ethics and Difference Debate. **Theory, Culture and Society**, 12(2).
- NUNES, J. A. Teoria Crítica, Cultura e Ciência: Os espaços e os conhecimentos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de S. **globalização e ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.
- UNGER, N.M. **Da foz à nascente: o recado do rio.** São Paulo: Cortez/Editora da UNICAMP, 2002.